

Introdução

É próprio de uma pesquisa ser indefinida.
Nomeá-la e defini-la é fechar o ciclo: o que resta?
Um modo finito e já perempto da cultura,
alguma coisa como uma marca de sabão,
noutros termos, uma ideia.

Sartre, 1967

O presente trabalho consiste em desdobramento de experiências anteriores de pesquisa, resultado do facto de que, iniciado o caminho muitos anos atrás, nunca mais fechei o ciclo que me fez pesquisadora de realidades raciais diversas, sempre no campo e pelo olhar da antropologia.¹ Tenho, portanto, firmado o compromisso de buscar em cada trabalho algumas respostas possíveis de explicação de um tema e de sua problemática.

Trata-se, como diz Sartre, de não findar como uma marca de sabão, mas de tomar uma ideia, percorrê-la e se deixar percorrer por um movimento de indagações e de busca por respostas, nem sempre definidas, mas abertas para o acontecimento. Aberta a novas possibilidades. Estar aberta ao acontecimento levou-me, como pesquisadora, à ousadia de cruzar mares e lançar um olhar atlântico sobre a realidade negra e africana em Portugal, motivada por debates calorosos ouvidos com atenção durante o II Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que aconteceu em Lisboa em 1994. A partir desse evento acalentei a chance de dar forma e efectivamente realizar tal empreitada, facto que veio a acontecer somente em 1997, com o projecto de pesquisa «Famílias luso-africanas em Portugal (1960-1990)»,² que se desdobra hoje numa segunda investida,

¹ Neusa M. M. de Gusmão, *Campinho da Independência: Um Caso de Proletarização Caiçara*, dissertação de mestrado de Antropologia, PUC/SP, 1979, e *Terra de Pretos, Terra de Mulheres, Terra, Mulher e Raça Num Bairro Rural Negro*, Brasília, MINC/Fundação Cultural Palmares, 1996 (tese de doutoramento), diversas pesquisas, livro, capítulos de livros e artigos.

² Projecto integrado «Portugueses em São Paulo, africanos em Portugal: representações e vivências familiares (séc. XX)», coordenação geral de Alice Beatriz da S. G. Lang 1997-2000, NAP/CERU-USP/CNPq.

ainda em andamento, que trata de trajectórias biográficas de jovens africanos de segunda geração – os chamados luso-africanos.³

Desse caminhar, apresento aqui minhas reflexões com relação à questão negra em Portugal, privilegiando imigrantes africanos dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa)⁴ e seus filhos no espaço da sociedade portuguesa e, em particular, na cidade de Lisboa.

Olhar para a realidade dos negros africanos em Portugal, além de possibilitar a continuidade de percurso de minhas investigações anteriores,⁵ teve por incentivo serem os factos observados parte de um processo recente, «em acontecimento», como costume dizer. Com isso, as possibilidades de explicação dos factos, como uma «arte em construção», desafiam a imaginação e a criatividade do investigador na construção de explicações possíveis. Ainda que apenas o tempo histórico possa vir a dizer do alcance e dos limites de determinadas afirmações com relação ao mundo real e concreto, o estar em «acontecimento» foi a motivação que me levou além-mar e diz respeito ao inverso vivido como pesquisadora da questão negra no Brasil.

Em 1993, João José dos Reis afirmava que, no Brasil, os trabalhos sobre a questão negra que privilegiavam relações e desigualdades sociais eram pouco contemplados, já que os estudos se preocupavam mais com o tema da escravidão e abolição. No entanto, hoje, em Portugal, esse parece ser um campo em franco desenvolvimento, em razão da presença estrangeira, que vem mudando a face do mundo português, como atestam os trabalhos de Tinhorão (1988), Saint-Maurice e Pires (1989), Machado (1991, 1992, 1994, 1998 e 1999), Rocha-Trindade (1993, 1997), Baganha (1999), entre outros, e também no Brasil, em razão da retomada da questão negra por meio de uma política social compensatória que engendra processos de etnicização da realidade nacional, como afirma S. Costa (2001).

Analisar os caminhos de inserção social, económica e cultural dos africanos-portugueses, ou luso-africanos,⁶ em um contexto receptor, Por-

³ Projecto «Biografias de luso-africanos: trajectórias em metrópole lisbonense», que, com outros projectos, constitui o projecto integrado «Biografias de imigrantes: trajectórias em diferentes contextos», coord. pela Dr.^a Zeila Fabri Demartini 2000-2002, junto ao NAP/CERU-USP, com apoio do CNPq.

⁴ Nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

⁵ Três estudos anteriores sobre a mulher negra (1990-1993); a infância negra no meio rural e urbano (1993-1995) e famílias negras em São Paulo (1995-1997) somam-se às pesquisas já mencionadas.

⁶ O termo luso-africano é usado para designar o sector da população que vive em Portugal e que nasceu nas ex-colónias africanas de domínio português e, portanto, possui

tugal, supostamente uma realidade a que se pertence, constitui o nexo do que aqui se apresenta. Uma proposta como esta exige ter presentes as dificuldades que resultam do facto de que, além de distantes de um contexto de origem – a África –, muitos africanos migrantes são portadores de nacionalidade portuguesa, enquanto outros, nascidos em Portugal, não são reconhecidos como portugueses ou como nacionais.

O interesse nas questões suscitadas por esse contexto resulta dos estudos anteriores em que o processo de reflexão esteve centrado em um segmento específico da sociedade brasileira, com foco privilegiado no encontro de identidades étnicas singulares – crianças, homens e mulheres negros – remetidas ao espaço da família e da sociedade. Em todos os casos estavam em jogo as formas de existência pouco conhecidas que resultaram da experiência histórica da escravidão no Brasil e que se instituíram frente à inserção dos contingentes negros num contexto de intensa transformação social. Discutiam-se no interior desses trabalhos as possibilidades de que mecanismos particulares de constituição da identidade social, individual e colectiva, informavam e orientavam as tentativas de explicação de realidades nas quais o segmento negro se fazia presente.

A proposta de agora pretendeu, sempre que possível, considerar os mesmos aspectos e elementos já estudados entre negros brasileiros, quais sejam a infância, a família e as relações de género, voltados para o segmento étnico representado pela presença africana em Portugal. Este desafio colocou como possibilidade entender a presença negra em solo português e ousar uma comparação, ainda que relativa e parcial, com o caso brasileiro. Todavia, sempre ficava a pergunta: porquê em solo português?

Os muitos trabalhos e publicações que tenho desenvolvido com a população negra brasileira apontam para a origem desses grupos em termos de uma realidade dupla e ambígua: ser brasileiro sendo negro e como tal fazer parte de um contingente chamado (politicamente hoje) de afro-brasileiros. Por sua vez, são os negros brasileiros vistos, tanto quanto se vêem, como brasileiros diferentes de outros brasileiros, o que hoje conduz a uma intensa luta do segmento negro para se ver reconhecido em sua singula-

a nacionalidade portuguesa, como também designa os imigrantes africanos que vieram para trabalhar em Portugal a partir dos anos 60 e não mais regressaram (Machado 1994). Entre esses, a maioria não possui nacionalidade portuguesa e, em particular, os imigrantes chegados ou nascidos em Portugal após os anos 80. Várias designações e categorias ocupam hoje o debate académico em torno dos descendentes desses imigrantes (v. Machado 1999, Contador 2001, e Valla 2001). Neste trabalho uso o termo luso-africanos introduzindo e contextualizando as diferentes categorias e o debate que suscitam no corpo do próprio texto.

ridade.⁷ A questão da diferença, no Brasil ou em Portugal, institui um contexto de alteridade que revela a dificuldade de os negros constituírem-se como sujeitos sociais de direitos e que, em última instância, coloca em debate a possibilidade de realidades efectivamente democráticas.

Ser português e africano em terras portuguesas, sendo diferente e igual, sem, no entanto, ser alvo de direitos como o outro, supostamente igual a si mesmo, perante as regras do Estado português e frente ao próprio quotidiano, suscita a pergunta: o que caracteriza o modo de ser português? Qual a identidade portuguesa de imigração? Em particular, a identidade de imigrantes africanos oriundos de países de expressão portuguesa? Qual a realidade identitária de seus filhos, os novos luso-africanos,⁸ nascidos em Portugal?

Trata-se, portanto, da tentativa de descoberta de outros caminhos mediante «trilhas» que se impuseram diante do pesquisador e constituíram o espaço de fundo do que aqui se apresenta, ou seja, verdadeiros caminhos entre o ver, ouvir e escrever (Oliveira 1986), que de ocultos se tornaram explícitos e obrigatórios, quando já se estava na estrada e cujo confronto exigiu um optar constante para poder chegar ao campo e aos sujeitos, para poder chegar a uma compreensão possível do que foi proposto, tendo de rever caminhos e procedimentos. O próprio contexto e sua dinâmica intensa obrigaram constantemente a rever o olhar, seu ponto de partida, mediante o inteiramente novo que reorientava as questões feitas e movia o próprio caminhar da pesquisa. O desafio de pesquisar fora do lugar onde se vive, acrescido dos custos e das dificuldades próprias dos processos em constituição e em movimento, estabeleceu o impasse central, representado pelo *tempo*, e este como um algoz sem qualquer condescendência.⁹ Lagrou (1994, 93) afirma que o que aprendemos no campo «nos é dado de surpresa ou por caminhos imprevistos»; a im-

⁷ De importância fundamental o trabalho de Sergio da Costa, professor da Universidade de Berlim e da UFSC, que discute os processos de etnicização da sociedade brasileira com o concurso do Estado (v. Sergio Costa, «A mestiçagem e seus contrários – etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo», in *Tempo Social, Rev. de Sociologia da USP*, vol. 13, n.º 1, Maio de 2001). Discussão essa que começa a tomar corpo em Portugal (v. Maria I. Baganha *et. al.*, *Is an Ethnaclass Emergency in Europe? The Portuguese Case*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2000).

⁸ Novos luso-africanos – categoria criada por Fernando Luís Machado (1994) como forma de superar os limites da designação «segunda geração». Mantenho nesse trabalho a referência genérica de luso-africanos e seus filhos ou simplesmente luso-africanos. O debate das diferentes categorias insere-se no corpo do trabalho.

⁹ Concorde com Vanilda Paiva (s. f.) de que o tempo da pesquisa é diferente do tempo da política, que não considera o tempo necessário para viabilizar a pesquisa, processá-la e digerir os dados, e aqui, embora os apoios do CNPq tenham sido fundamentais,

previsibilidade (não o acaso) acompanhou a presente investigação e permitiu um aprendizado que, como diz Pais (1994, 11), resulta dos estados de ansiedade que nos invadem, mas que, aceitos, tornam-se «parte da aventura que qualquer processo de investigação constitui».

Nesse transitar entre a proposição da pesquisa e a realidade de campo, os objectivos concretizaram-se nos seguintes termos: estabelecer interpeleções do campo étnico com o campo das relações sociais mais amplas enquanto ele mesmo e com outros campos em termos de classe social, época e contextos; buscar compreender as representações e a dinâmica de diferentes grupos de africanos e de portugueses no interior de uma cultura nacional portuguesa, de modo a:

- Diagnosticar as estratégias de integração social e as dificuldades relativas à raça ou etnia e classe¹⁰ enfrentadas por imigrantes africanos e por seus filhos em Portugal;
- Comparar e avaliar as diferenças e as semelhanças dos processos de formação de identidade de luso-africanos e seus filhos, compreendendo suas trajectórias sociais no interior do país de acolhimento;
- Reflectir sobre o papel da educação e da escola no interior de uma realidade plural, de modo a entender as possibilidades e limites postos pela multiculturalidade enquanto política de intervenção social e de constituição de uma ordem social democrática.

Este trabalho contempla como significativa a discussão das vivências e representações do/e sobre o universo africano em Portugal. O que aqui se discute diz respeito à reprodução social do sujeito negro na diáspora, à relação entre o *eu* e o *outro* que sua presença suscita em solo português e, finalmente, às desigualdades do meio social e à questão identitária. A análise privilegia as populações mais novas – crianças e jovens – e alça, tangencialmente, as populações mais velhas.

A questão da identidade e da identidade étnica a partir da infância e juventude permite pensar as injunções do universo como um todo. Entra em jogo pelo olhar da criança e do jovem – que cruza o olhar da pesquisadora – a vida vivida e suas múltiplas determinações. De fundamental

as duas idas a campo se fizeram com pouquíssimos recursos e sérias restrições, exigindo desta pesquisadora o uso intensivo e criador daquilo que Wrigth Mills chamou de imaginação sociológica.

¹⁰ Seria de maior relevância incluir um recorte de género no que aqui se discute, mas tempo e recursos escassos não o permitiram. Fica em aberto a construção de um olhar que tome a questão como central.

importância, a criança define-se aqui como aquela que representa um momento singular da vida colectiva, posto que participa de todas as esferas constitutivas da vida de seu grupo e recebe dele as informações do mundo no qual está inserida. Considera-se que é no universo infantil que a ideologia se revela em termos de limites e alcance, actuando aí na formação do imaginário e na orientação de uma concepção de mundo. Por outro lado, as relações sociais, ao serem vividas, revelam a ambiguidade do social e se fazem presentes nas formas de representação por elas – crianças – produzidas.

Por sua vez, segundo Pais (1993), o jovem deve ser compreendido como aquele que vivencia uma fase da vida que, para além da idade, experimenta diversos modos de ser, fruto das demandas sociais por mobilidade geracional, reprodução cultural e social. O jovem encontra-se imerso no cruzamento entre identidade e mudança; assim, diz o autor, «os jovens têm tido, designadamente ao longo das últimas décadas, um papel importante no que respeita à mudança social, por se revelarem um elo importante na cadeia da reprodução cultural e social [...] A juventude constitui-se, de certa maneira, como um laboratório ou cenário de mudança das estruturas sociais» (p. 35). Neste sentido, como alguém que vive a transição para um momento novo, desejado e temido, por aquilo que vê e compreende na vivência com seus pares, o jovem é alguém que experimenta o mundo social e tece em relação a ele sonhos, desejos, expectativas, valores.

Ao eleger crianças e jovens africanos e luso-africanos como sujeitos do olhar, esse trabalho assumiu, como central, a condição étnica decorrente da origem e da cor. A mesma razão tornou significativo o desvendar das estratégias de sobrevivência dos indivíduos e grupos frente a crises, dificuldades e rupturas que vivenciam como grupo ou como membro de um grupo particular, no interior do qual os mecanismos de convivência étnica e racial são elaborados e transformados pelo contacto e confronto com a sociedade nacional em que se inserem.

Nestes termos, tornou-se possível comparar e contrapor realidades diversas, de modo que diferentes vivências e representações pudessem encaminhar compreensões mais amplas de contextos historicamente constituídos. No caso do negro brasileiro e no caso do negro português há diferenças históricas; porém, não são elas inteiramente indiferentes ou opostas. Nesse sentido, acredita-se que há entre elas aspectos próprios de uma trajectória comum, composta por elementos semelhantes e propiciadores tanto das diferenças como das semelhanças, em que, no dizer de Oliveira (1976), constroem os sujeitos sua própria identidade. Mas, no caso português, em que condições a identidade é possível?

A indagação conduziu a que se pensasse a reprodução social do sujeito negro no tempo e no espaço, considerando a vontade de permanecer ou de tornar-se pessoa, considerando que sua luta se dá no universo da diferença e da alteridade, portanto na relação entre o eu e o outro. As desigualdades do meio social e o projecto de uma maior participação e reconhecimento exigem pensar e repensar os mecanismos de formação do sujeito negro e os caminhos pelos quais tem construído uma perspectiva de si. Considera ainda que os caminhos de integração e participação na sociedade não são lineares ou únicos para nenhum dos envolvidos, sejam estes os sujeitos sociais ou a sociedade em que estão inseridos.

O desafio consistiu, portanto, em entender se entre os próprios negros as manifestações são homogêneas ou não e quanto a condição espacial altera a percepção da raça como elemento formador de uma identidade e da visão de mundo entre negros «estrangeiros», já que o confronto com a sociedade inclusiva, seja no âmbito da família, da escola, do trabalho, do lazer e outros, supõe que sejam criados mecanismos de adaptação social, os quais esbarram em resistências e conflitos tanto para os primeiros luso-africanos como para as gerações mais novas – os luso-africanos nascidos em Portugal, cuja identidade está em formação.

Algumas perguntas se colocaram como ponto de partida:

- Se a identidade se constrói por mecanismos socializadores, quais são estes mecanismos e como operam em termos das gerações de luso-africanos em espaços diversos?
- O que acontece com a identidade individual e colectiva de grupo quando confrontada com outras realidades?

A identidade étnica, entendida como o processo pelo qual um grupo se identifica e é identificado pela sociedade inclusiva, diz respeito a «uma dialéctica viva entre o ‘eu’ e o ‘outro’» (E. Carvalho 1982, 16). O diálogo supõe, por sua vez, uma relação com o «outro» do próprio grupo, um igual, neste caso as gerações mais velhas, e também com o «outro» diferente de si, o português de Portugal, com ou sem origem africana.

O ajuste social, tal como o conflito resulta dos sujeitos em presença, revela a leitura do social por referenciais particulares e também mais gerais que são introduzidos em um universo em mudança, criando-se perspectivas e alterando as visões de mundo. Com base nisso, outras perguntas se colocaram:

- Se a criança luso-africana constrói sua identidade por mecanismos socializadores do grupo, quais seriam os processos engendrados na

transformação dessa identidade ao ser confrontada com outros mecanismos e valores que não aqueles de seu grupo? Da mesma forma que a criança, como jovens, homens e mulheres, portadores de uma identidade constituída segundo os parâmetros do grupo familiar e condição étnica diferenciada, vivem a realidade em transformação?

Para que fosse possível responder às questões acima considerou-se necessário avaliar e comparar a imagem que a criança e o jovem de origem africana fazem de si mesmos ao vivenciarem processos de mudança social e cultural do meio em que estão inseridos, tanto quanto coube avaliar as formas de representação existentes na dinâmica da vida adulta e no tecido social expressos pelos *mass media*, imprensa escrita e outros canais.

Através de uma série de leituras, sabíamos que a presença africana e luso-africana em Portugal era complexa, impeditiva de um tratamento metodológico generalizante. Com isso, o mapeamento da questão seguiu dos aspectos gerais, relativamente analisados, e penetrou nas muitas especificidades dos processos de vivência dos imigrantes africanos em Portugal, de modo a perceber os contornos que marcam suas especificidades e diferenças frente aos demais segmentos presentes em solo português. A percepção de tais contornos, ao mesmo tempo em que permitiu delimitar a problemática em jogo, mostrou claramente que sua compreensão só seria possível com o mergulho do pesquisador no contexto a ser pesquisado e, portanto, no campo, vale dizer, num espaço físico e social específico. Elegeu-se então a *escola* como *locus* das vivências da *infância* e da *juventude* e, ao mesmo tempo, buscaram-se apoios em instituições que, ligadas a esses segmentos e espaço, nos permitissem compreender o *bairro* como realidade a eles interligada.¹¹ A escola aparece, assim, como *locus* privilegiado de acesso e composição da população investigada e, ao mesmo tempo, é uma das agências fundamentais de formação que actuam na socialização e definição de sujeitos sociais concretamente definidos:

Vindas de diversos contextos culturais e étnicos, as crianças (com apenas 6 anos) chegam à escola, tomando contacto com um admirável mundo novo. Outras culturas, outros valores, outros métodos de ensinar, que em alguns casos se assemelham àqueles que conheciam por familiares ou amigos, mas na maioria das situações são totalmente diferentes. Para quase todos os

¹¹ A intermediação no acesso à compreensão do bairro deve-se ao facto de serem esses espaços marcados por relações de desconfiança para com estranhos e também por serem muitas vezes espaços marcados por relações de violência, como é comum nas favelas brasileiras e, de igual modo, nos bairros de lata (favelas) de Lisboa.

filhos de imigrantes, a escola é, pois, a primeira instituição do país de acolhimento com a qual contactam dias a fio durante vários anos e, consequentemente, tem um papel central nas histórias de vida que esses jovens vão escrever e nas suas atitudes e representações acerca de Portugal, do mundo, de si próprios, etc. Meio de socialização e aculturação por excelência, a escola permite que estes jovens, durante parte de seu dia, deixem as suas comunidades e conheçam pessoas com identidades muito distintas, derivadas de contextos de vivências que não são os seus, funcionando assim como poderoso factor de integração multicultural [Abrantes, s. d., 12-13].

Não por acaso, como deixa entrever a fala de Abrantes, um dos vários programas governamentais destinados à integração, ainda que não de modo exclusivo, dos filhos de imigrantes foi o programa de multiculturalidade e educação nas escolas portuguesas, oficialmente estabelecido através do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural – o SCOPREM – já em 1991 e posteriormente denominado «Entreculturas». Contudo, é bom lembrar que a integração é apenas uma das faces da moeda, já que «o sistema de ensino tende a seleccionar uns e excluir/deslegitimar outros, o que faz com que certos grupos sociais desfavorecidos continuem a sentir a escola obrigatória não como um direito, mas tão-só como um dever» (Abrantes, s. d., 13).

É com tais preocupações em mente que, levada pelas mãos de Humberto Martins, um sociólogo, e por seu trabalho num bairro de lata,¹² o Bairro da Quinta Grande, na Charneca «do Lumiar», e sua escola primária, a EB1 n.º 66, estes se tornam espaços de reflexão do presente trabalho.

A escola de ensino básico¹³ ou primário EB1 n.º 66, da Charneca «do Lumiar», em Lisboa, foi uma das escolas-piloto na segunda fase – 1995-1996/1996-1997 – do projecto de educação intercultural, o *Entreculturas*. A EB1 n.º 66 é uma escola que conta com um significativo nú-

¹² Bairro de lata é a designação que se dá para áreas de moradia sem infra-estrutura e com casas de papelão e lata, geralmente construídas em áreas de ocupação, tais como as favelas brasileiras. Seus ocupantes são os migrantes pobres das áreas rurais portuguesas e imigrantes de várias nacionalidades, em maioria africanos; por essa razão são também chamados de bairros africanos ou aldeias d'África. A freguesia da Charneca «do Lumiar» conta com inúmeros bairros africanos, entre eles a Quinta Grande, objecto dessa reflexão. Foi na Quinta Grande que o trabalho de Humberto Martins foi desenvolvido (v. Humberto M. do S. Martins, *Ami Cunhá Cumpadri Pitécu: Uma Etnografia da Linguagem e da Cultura Juvenil Luso-Africana em Dois Contextos Suburbanos de Lisboa*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997).

¹³ O sistema educativo português está organizado em ensino básico – 1.º, 2.º e 3.º ciclos –, ensino secundário e ensino superior. O ensino pré-escolar, ou jardim-de-infância, faz parte do 1.º ciclo do ensino básico.

mero de alunos africanos e luso-africanos moradores da Quinta Grande. É importante frisar que a escola de ensino básico ou primário EB1 n.º 66, da Charneca «do Lumiar», recebe crianças negras de origem africana de pelo menos três bairros africanos próximos – Quinta do Louro, Quinta da Pailepa e, em particular, da Quinta Grande, localidade em que o ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, uma ONG, desenvolve actividades de cooperação com as famílias africanas imigrantes dos PALOP. O ISU actua no espaço da escola com as crianças do 1.º ciclo através da ATL – Actividades de Tempos Livres, entre as quais está o apoio escolar.¹⁴ Por outro lado, o ISU desenvolve actividades com grupos de jovens da Quinta Grande através do projecto «Integração social de jovens de minorias étnicas», apoiado pela União Europeia e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade portugueses.

Em razão do tempo limitado de estada em campo – cerca de seis meses, divididos em dois momentos, a saber, em 1998 e 2001 –, acrescido de outros factores que nas duas etapas foram impeditivos do acesso mais profundo ao bairro, o ISU se fez de suma importância e foi definitivo no abrir das portas da escola e, dentro dela, no acesso às crianças e aos jovens do bairro que aí se reuniam com seu chamado «Grupo Jovem». A relação assim intermediada permitiu observações no espaço do bairro, alguma participação em actividades da comunidade, mas não permitiu adentrar no universo das famílias. Dois foram os motivos: em 1998, devido aos conflitos no interior do bairro; em 2001, em razão do realojamento dos moradores em áreas de habitação social¹⁵ e, concomitantemente, da destruição física e social do Bairro da Quinta Grande. Isto significa que o espaço de referência deste trabalho, a Quinta Grande e sua gente, encontra-se referido a dois momentos particulares, o primeiro, da origem até Maio de 2001, quando o bairro ainda existia, e o segundo, de Maio a Outubro de 2001, quando o bairro não mais existe e se torna referencial de memória na vida de seus moradores, agora realojados no bairro social.

¹⁴ O apoio escolar é um espaço de actividades diversas que visam o reforço da aprendizagem, a promoção da auto-estima e valorização pessoal das crianças luso-africanas e outras frente à diversidade cultural dos bairros com população de origem africana. O ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, uma ONG de universitários, é o responsável pelo apoio e a escola básica de 1.º ciclo EB1 n.º 66 cede o espaço para que as actividades sejam desenvolvidas com alunos do curso regular.

¹⁵ Os bairros de habitação social são conhecidos como bairros sociais, designação que se dá aos bairros de realojamento dos moradores dos bairros de lata construídos dentro do Programa Especial de Realojamento – o PER –, de responsabilidade do governo português, com a ajuda da UE, e destinado à erradicação dos bairros precários de Lisboa.

Assim, as famílias imigrantes se tornaram elementos coadjuvantes deste cenário de investigação e, embora não sejam o tempo todo uma realidade palpável e visível, sua importância não é menor. No jogo de se mostrar e se esconder permitido pelos dados secundários e por uma precária observação local, a família negra imigrante se revela em seu papel de suporte entre sujeitos imigrados na terra de acolhimento, no interior do bairro e como mediadora entre o indivíduo e a sociedade. O realojamento, porém, torna-se um factor que acentua a questão do conflito no seio da família e da vizinhança e em oposição à vida no bairro e às relações que aí se processavam. Aponta também para um novo contexto transformador das relações entre sujeitos e destas com a sociedade portuguesa, instaurando um novo enigma quanto aos processos de inserção dos imigrantes africanos, seus filhos e descendentes em Portugal, particularmente em Lisboa.

Um projecto e seu desafio

No percurso de uma pesquisa expõem-se os trajectos propostos inicialmente e o como esse caminho se transforma. Com isso, a pesquisa e seu objecto desconstroem-se para, novamente, serem reconstruídos mediante as descobertas e o olhar em construção da pesquisadora. O intenso trânsito entre dois espaços – Brasil e Portugal –, entre dois universos académicos e seus possíveis diálogos por meio de autores, textos e contextos, revela os diferentes olhares construídos, bem como o fluxo e o desafio desse empreendimento.

Dessa dinâmica intensa, importa resgatar a caminhada e com ela poder traduzir o universo de sentidos, das experiências, das expectativas e imagens sociais de que é alvo e portador o sujeito imigrante na terra de acolhimento. Da mesma forma, a pesquisadora, diante de uma realidade que não é a sua, também desafia o próprio olhar na busca do porquê, como e para quê. No interior de um quadro maior posto pela sociedade abrangente e pelos processos históricos que lhe correspondem, a pesquisa e a pesquisadora refizeram permanentemente seus passos. Ao refazê-los, tornou-se possível resgatar a experiência do ser humano e a densa rede de interações sociais e de conflito que ordena a vida vivida, a vida pensada e a vida concebida. Um mapa, hoje mais coerente, mais ajustado às representações e vivências vigentes em Portugal, entre portugueses e entre africanos das mais diversas origens, teria sido impossível sem ir a campo, sem se ter defrontado com limites e desafios, enfim, sem que houvesse a

atualização das regras desse jogo no desenrolar do próprio jogo da pesquisa em si.

Dos imprevistos, desacertos e revisões constantes sobrou a indagação quanto ao rigor da disciplina e à qualidade do que foi investigado, ou seja, a «qualidade» da pesquisa.¹⁶ Para apresentar alguns dados passíveis de análise necessita-se então explicitar a travessia de um antropólogo que no campo se vê na contingência de transformar a natureza de seu trabalho – a observação directa e a colecta de depoimentos junto aos sujeitos, num trabalho que para caminhar teve de assumir a relevância de dados secundários e de arquivo.

Travessia: do trabalho *de* campo ao trabalho *no* campo

Toda pesquisa implica um lugar teórico a partir do qual será conduzida (Valente 1997, 60), orientando assim o olhar na selecção, observação e interpretação dos dados que colhe em campo. Ao mesmo tempo, no campo, uma dimensão muito intensa de subjectividade perpassa a produção objectiva do conhecimento, revelando que o trabalho de campo

é uma vivência, ou seja, mais do que um puro acto científico [...] O trabalho antropológico é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam [...] [Brandão,1983, 1].

O trabalho de campo é, assim, um encontro entre sujeitos, ainda que esse encontro esteja delimitado por uma hipótese de trabalho e por uma teoria que orienta o que deve ser visto, como e porquê. Nesta dupla dimensão, objectiva e subjectiva a um só tempo, o trabalho de campo, importante recurso da antropologia como ciência, exige do investigador uma atitude de permanente questionamento dos procedimentos que utiliza.

Pesquisas qualitativas baseadas em depoimento oral e contacto directo com o informante constituem-se como essenciais na prática antropológica. Ainda que constitutiva da tradição da antropologia, cada vez mais diferentes profissionais e académicos têm lançado mão de materiais orais

¹⁶ Expressão emprestada de Paulo Roberto Michalisyn, «A sedução do objecto», in Vagner G. Silva *et. al.* (orgs.), *Antropologia e Seus espelbos. A Etnografia Vista pelos Observados*, São Paulo, FAPESP, FFLCH-USP, 1994, 103.

em suas pesquisas, estabelecendo, assim, um diálogo com as práticas antropológicas. Essa travessia, contudo, nem sempre é tranquila ou isenta de limites e perdas no tocante ao método da antropologia. Em jogo: o campo teórico que informa a prática, as potencialidades dos depoimentos, a produção desse tipo de fonte frente à elaboração de documentos orais produzidos por entrevistas e disponibilizados para outras investigações através de arquivos oficiais, institucionais e mesmo pessoais de outros pesquisadores, como foi o caso do presente trabalho. Os limites do campo, no entanto, foram superados pela solidariedade entre académicos, tornando possível a investigação.

O facto de as pesquisas portuguesas, que começam a crescer em torno da temática africana, trazerem ao final dos trabalhos a reprodução completa das entrevistas realizadas acabou por se constituir uma excelente fonte secundária para complementar os objectivos aqui propostos. Para além disso, as idas a campo resultaram em vinte e oito entrevistas gravadas com imigrantes africanos, jovens luso-africanos e crianças, professores, director da escola primária EB1 n.º 66, psicóloga e assistente social que nela actuam e ainda com responsáveis pelo programa multicultural, o *Entreculturas*, e dirigentes ligados ao Ministério da Educação de Portugal. De todo o conjunto, parte deste foi obtida com finalidades diversas das do presente projecto e gentilmente cedida do acervo pessoal de um pesquisador, outras foram colhidas directamente com os sujeitos sociais considerados, mesclando, assim, o trabalho directo do investigador com o resultado de outras investigações desenvolvidas com outros objectivos e finalidades. O facto exigiu uma meticolosa selecção de informações, o confronto com outros dados e leituras e, embora seu aproveitamento tenha sido parcial e certamente lacunar, foi de extrema valia para os resultados aqui analisados.

Pode-se dizer que o trabalho de campo se transmutou em outras vertentes e, entre dados primários e secundários, o universo da escola, das crianças, dos jovens e do próprio bairro fez-se efectivamente visível aos olhos e ao pensamento.

Neste cenário foi possível discutir os caminhos da pesquisa desenvolvida no âmbito da antropologia com respeito à presença luso-africana em Portugal. Da proposta inicial, das barreiras encontradas e até das reformulações do percurso, buscou-se não perder de vista os objectivos e a proposta teórica, o papel do antropólogo e do trabalho de campo que, por razões externas à pesquisa, conduziu o processo, o ter de assumir fontes secundárias obtidas em arquivos pessoais e outros como a base da reflexão e análise. O significado desse ir e vir entre o trabalho de campo

e o trabalho em arquivos conduziu a pesquisa e a pesquisadora a reflectir sobre os caminhos percorridos em dois sentidos:

1. Como investigadora directa das realidades em pauta;
2. Como investigadora que desenvolve estratégias de acesso à realidade investigada.

Trata-se de uma reflexão em voz alta sobre a própria experiência, ponderando, através da pesquisa, os percursos e trânsitos de outras experiências, que não apenas aquela considerada tradicional no campo antropológico.

Como antropóloga, primeiro, fui ao encontro dos sujeitos; porém, como já foi dito, por imprevistos do caminho, apenas parte deles puderam ser contactados e se fizeram informantes vivos de sua realidade. Aqui o trabalho do antropólogo desenvolveu-se por suas características tradicionais: o ir a campo participando directamente das relações sociais, compartilhando com diferentes sujeitos sua e nossa vida, observando em função de uma pesquisa definida. No entanto, como bem lembra Lagrou (1994, 92-93), «em antropologia não se aprende o uso da metodologia da mesma maneira que na sociologia. Não temos métodos aplicáveis a qualquer situação possível no campo. A própria natureza da matriz disciplinar nos impõe flexibilidade.» Assim, nenhuma experiência de campo é absoluta e definida. O fazer da pesquisa foi então, tal como diz Brandão (1983, 2), com respeito ao seu próprio fazer em campo: «Sempre a própria experiência do trabalho de campo redefiniu projectos, redefiniu hipóteses de trabalho, redefiniu abordagens metodológicas [...]» Faça minhas as suas palavras para relatar o caminho seguido.

Na impossibilidade de penetrar no bairro e contactar as famílias, segui a trilha de uma viagem inversa. A trilha em que o cientista social toma de um arquivo constituído por outros pesquisadores a partir de relatos orais e constitui o seu próprio objecto de pesquisa alimentando-se daquele e, neste sentido, caracterizando uma inversão de papéis.¹⁷ Aparentemente, tal inversão nega a assertiva de que a antropologia exige que se estabeleça um processo de vivência «só assegurado pela observação participante – estando lá», como diria Geertz (1989), em que a interpretação

¹⁷ Não era, no entanto, minha primeira viagem inversa. O projecto «Famílias negras em São Paulo: vivências, representações e lutas – 1890-1950» foi desenvolvido entre os anos de 1994 e 1996 e teve por base um arquivo constituído junto ao CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa em História – USP.

do material etnográfico se dá em plenitude. No entanto, como diz Goldman (2001, 3), o trabalho de campo é mais do que se fazer um «nativo», é uma questão de se deixar «ser afectado» por algo que nos afecta (aos nossos sujeitos e a nós próprios) e, assim, estabelecer uma comunicação que permita a interpretação do material etnográfico. Há, portanto, segundo Goldman, outras formas de isso acontecer, como no caso do historiador com seus documentos ou daquele que escreve um romance e, como penso, aconteceu no presente caso, já que se escolheu um arquivo como fonte de uma nova pesquisa.¹⁸ Não se trata, porém, de uma pesquisa que não vai a campo e cujo pesquisador não entra numa relação *vis-à-vis* de seus sujeitos e entre esse ir e vir foi possível discutir a fragilidade e a importância do trabalho com fontes secundárias obtidas em arquivo, concluindo-se que:

- De um acervo resultante de um projecto e uma pesquisa, apenas podemos saber pelo que nos é dado a conhecer mediante formas de registro e organização em arquivo – do que existe e do que não existe enquanto documento – e, obrigatoriamente, se faz como uma nova fonte de reflexão. Os documentos de arquivo, ao demonstrarem as falhas ou os limites dos próprios dados, trouxeram consigo novas informações, permitindo discutir o papel do registro da memória dos sujeitos investigados e definindo a compreensão sobre elas a esse outro sujeito-leitor/pesquisador;
- Além de fornecerem o mapa da leitura que fazem os sujeitos sobre sua própria vida, situando-os no tempo, os dados assim compreendidos nos introduzem como investigadores ao próprio universo, tornando-o próximo e relativamente conhecido. Da mesma forma, ao organizar os factos, acaba-se por definir também os recortes necessários para uma segunda análise pretendida e em razão de outros objectivos;
- Compreende-se ainda que os depoimentos registrados constituem um «testemunho indirecto, não das pessoas que viveram aquilo que

¹⁸ Pode-se dizer que as variações do trabalho de campo confirmam aquilo que nos faz antropólogos, já que, como diz Giumbelli (2001, 4), o trabalho de campo pode ter tantas formas quantos são os antropólogos, os projectos e as circunstâncias. Mais do que tudo, trata-se de assumir uma postura de descentramento que permita em diversas fontes compreender o conteúdo «afectado» e deixar-se afectar por elas. Foi isso que permitiu trabalhar com os arquivos e reinterpretar seus dados (v. Emerson Giumbelli, *Para Além do «Trabalho de Campo», Reflexões Supostamente Malinowskianas*, trabalho apresentado no XXV encontro anual da ANPOCS, Caxambu, mimeo, 2001, inédito).

lhes foi contado» (projecto CAPH/USP, 1998), mas que, mesmo assim, se faz memória do grupo estudado e expressa uma forma de compreensão de mundo. Através delas tem-se acesso a visões do mundo e histórias de vida provenientes de diferentes grupos sociais. A fala de uma entrevistada da pesquisa realizada junto ao CAPH da USP torna isso claro quando diz que para se saber uma história juntam-se os pedaços.¹⁹ Foi o que aconteceu com os dados colectados e foi com eles, nesse contexto e dentro desses limites, que esse outro olhar, o das ciências sociais, foi em busca de realizar o novo projecto aqui em discussão.

Apesar das falhas, foi a existência do *arquivo*, ou dos muitos arquivos de sociólogos, historiadores e outros, que a viagem da antropóloga se fez possível. Viagem que em momento algum foi espontaneísta ou desprovida de rigor, dado que buscou compreender a natureza inovadora que discute a relação entre pesquisas qualitativas baseadas em depoimento oral – essencial na prática antropológica – e a produção e constituição de documentos originados por essa fonte. Por outro lado, o trabalho do historiador e o do cientista social com tais depoimentos têm originado um número significativo de arquivos, cuja natureza é, a um só tempo, igual e diversa daquelas que constituem os arquivos tradicionais. Aqui a importância de compreender e desenvolver um outro olhar e uma outra prática no interior de diversos campos profissionais. As potencialidades e a importância dos depoimentos orais produzidos em situação de pesquisa pelo historiador ou pelo cientista social e outros tornam-se, assim, base da reflexão que, ao desvendar nexos, desvenda também embates e limites, bem como explicita as preocupações e os cuidados que se fazem necessários na produção desse tipo de fonte e na sua constituição em documento.

Caminhar por uma trilha em que o cientista social empresta de um arquivo construído por outros investigadores a partir de relatos orais e constitui seu próprio objecto de pesquisa alimentando-se daquele acervo permite a experiência de inversão de papéis, já que o antropólogo busca o arquivo sem ir directo (ou indo também) aos sujeitos que investiga e pode fazê-lo em razão do facto de terceiros terem ido ao campo e colhido, eles mesmos, o relato de seus informantes. No trânsito dos papéis

¹⁹ A fala da entrevistada lembra a concepção de história em Walter Benjamin (v. Walter Benjamin, «Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura», in *Obras Escolhidas*, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1985).

e das práticas, a experiência que alimenta aqui este debate traz à tona uma questão significativa sobre a concepção do que seja um documento, um arquivo e ainda a importância e os limites presentes na organização e utilização do mesmo.

Em busca de pensar semelhanças e diferenças, aproximações e distâncias, entre campos de saberes diversos e entre práticas diversas do historiador, do antropólogo, do sociólogo, no trato dessa nova espécie de documentação, foram levantados alguns pontos de referência quanto ao sentido e significado dos depoimentos orais no corpo desse trabalho e o quanto se pode aplicar a todos os que se propõem a trabalhar com esse tipo de material. Os documentos obtidos a partir dos depoimentos orais foram vistos como um registro e, como tal, uma fonte que documenta a história de vida, as experiências pessoais e as visões de mundo de diferentes pessoas e grupos, meio de dar voz aos vencidos, como se diz no campo da história oral. Afirmar esse ponto equivale a dizer do carácter metodológico aberto aos diferentes grupos, entre os quais se incluem as elites (fortemente documentadas) e o povo (tradicionalmente ausente da história oficial que os documentos registram), como afirmam os historiadores.

No entanto, o caminho adoptado foi muito mais o de *ouvir* a voz dos vencidos, posto que estes nunca deixaram de falar, apenas não foram ouvidos, dado que não era oportuno ouvi-los.²⁰ A busca foi a de amenizar a relação hierárquica entre pesquisador e pesquisado com base numa certa concepção que acredita que é o intelectual, o académico, que vai «magnanimamente» até ao outro, «desprovido de voz», para «dar-lhe voz». Colocar-se na condição de ouvinte, numa relação mediada entre sujeitos em presença, ou ainda, à distância, revalorando o registro oral ou escrito obtido em campo por outrem, possibilitando ao pesquisador poder impregnar-se da voz do outro e, assim, ouvi-lo com intensidade e, como tal, deixar-se afectar por aquilo que o afecta (Giumbelli, 2001).

O documento, portanto, meio de democratização do registro e do acesso às narrativas de experiência pessoal e colectiva, importa como fonte que serve a outros pesquisadores, oferecendo uma gama de possibilidades de novas pesquisas, mas é também um dos meios pelos quais o outro se faz interlocutor de um processo de comunicação e interpretação daquilo que é vivido. Cabe ainda observar que o registro e a consti-

²⁰ A questão está posta no trabalho de Edgar De Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, prefácio de Marilena de Souza Chauí, São Paulo, Brasiliense, 1981.

tuição dessas fontes nascem de um empreendimento de investigação científica que é a pesquisa. Aqui a importância de se discutirem não apenas os resultados – documentos produzidos pela ou pelas pesquisas –, como também a necessidade de se ter clareza suficiente sobre o papel do pesquisador e do próprio projecto de pesquisa na produção desses documentos. Desse esforço resulta uma «história cientificamente produzida», como diz Alberti (1996, 2), citando Zimmermann, e, como parte dela, a construção de fontes necessárias à compreensão da história contemporânea.

A concepção de documento e o tipo de documento produzido pela entrevista permitem dizer, segundo Caldas (1998), que um *documento*:

- É algo flexível, que pode ser submetido a diferentes leituras;
- Não é rígido ou prova material de uma só leitura e interpretação;
- É o ou um acesso ao acontecimento e seu tempo;
- É a narração do vivido, e não o próprio vivido;
- É uma construção do pesquisador e de suas lentes, que podem ou não ser míopes;
- É uma construção conjunta com o sujeito da história.

Todos esses aspectos colocam aos pesquisadores, em geral, a necessidade de relativização do discurso, dos procedimentos adoptados quando em campo, bem como dos procedimentos de sistematização dos resultados que culminam, todos, no registro final ou documento. Afirma-se então que o *documento* constitui o registro objectivo e subjectivo dos sujeitos sociais em relação – o pesquisador/o pesquisado. Assim, se, como afirma Boudé (*apud* Caldas 1998, 20), a «história não se faz sem documentos», cabe pensar que produzir documentos e arquivá-los para que fiquem à disposição de outrem não é história, mas constitui uma fonte que, em conjunto com outras fontes, permite pensar a história como acontecimento, como facto social. Foi assim que, nessa investigação, tal fonte foi considerada.

A pesquisa com os luso-africanos foi beneficiada por arquivos pessoais de pesquisadores, sociólogos e antropólogos, além de contar com imensos acervos produzidos pelos *media* impressos, jornais, revistas, periódicos especializados. Mas contou também com a observação participante e realizou entrevistas pessoais com parte dos sujeitos que compõem seu universo. Esta pesquisa se fez, assim, de modo híbrido entre as técnicas tradicionais do campo antropológico e a viagem aos dados secundários, igualmente significativos e importantes. Com isso tornou-se possível o

cotejamento de diferentes falas do contexto social e político, de modo a garantir a compreensão do que se pretende explicar.²¹ Buscou-se também preservar os dados secundários e de arquivo na dimensão própria do trabalho científico, ou seja, dados que fazem parte da própria prática do trabalho de campo. Isto quer dizer que tais dados não são somente material de pesquisa, mas consistem em um material de reflexão que se articula a outras fontes, tais como: obras literárias e científicas, reportagens de periódicos, jornais e revistas; dados estatísticos, sendo comparados com outras pesquisas em que tenha sido utilizado o recurso da entrevista.

Como diz Brandão (1983, 13), trata-se de jogar com «material exegético, com material ideológico em formação, com a fala, com o discurso do sujeito, mas articulado com aquilo que foi visto, compreendido, enquanto descrições das relações que se busca interpretar, com o material do discurso das pessoas observadas, vivendo, se relacionando [...]». É por meio de tudo isso que a interpretação se torna possível. Trata-se, portanto, de um processo que descontextualiza os textos e as falas obtidos por outros pesquisadores para recontextualizá-los frente ao contexto que informa a actual pesquisa. Portanto, trata-se de um procedimento que desloca e recoloca os dados, o que implica já não serem os mesmos, posto que agora são lidos, seleccionados e interpretados à partir de outros parâmetros. Como diz Rubem Alves, em matéria da *Folha de São Paulo*, trata-se de pensar, mas «pensar não é ter informações. Pensar é dançar com o pensamento, apoiando os pés no(s) texto(s) lido(s)» e certamente tendo por referência a realidade concreta observada no trabalho de campo, esse também objecto do pensamento.

O que apresentamos como resultado desse empreendimento considera a questão do espaço urbano, das metrópoles e das nações, a questão do pertencimento e da memória. Com esse interesse, olhou-se para a história do presente e do passado, fazendo emergir identidades singulares

²¹ As diferentes falas obtidas nos arquivos pessoais de pesquisadores portugueses foram utilizadas de modo a não identificar a possível fonte, posto que se trata de falas ligadas aos mesmos sujeitos da presente pesquisa e que, portanto, ainda que obtidas com outras finalidades, dizem respeito ao universo em análise. Com isso, tais falas, quando citadas, aparecem em itálico no interior do texto, da mesma forma que as falas obtidas junto aos informantes directos do presente trabalho. Sugere-se com isso que os dados de fontes secundárias, como as entrevistas gravadas e/ou transcritas, mas não publicadas, transmutam-se em dados primários pelo tratamento metodológico empregado. O procedimento foi o de ouvir-lhes as falas para que junto a muitas outras falas adquirissem um novo sentido e significado em consonância com os objectivos propostos no trabalho de agora. Trata-se de recontextualização das falas e sua interpretação. Por outro lado, as falas de fontes já publicadas, não constam em itálico e sim como citações bibliográficas.

entre crianças e jovens negros africanos e luso-africanos. Olhou-se para a África e para Portugal, mapeando os movimentos de continuidades e descontinuidades de suas relações, o jogo de interesses e de poder postos em acção por um mundo que se globaliza e enfrenta contraditoriamente sua própria história.

O que os dados parecem confirmar é que o retracto da presença africana em Portugal, apreendida pela contextualização das falas, pelas experiências convergentes e divergentes entre sujeitos, seja pela identidade (o que há de comum), seja pela diferença (o que separa os sujeitos), expõe um mundo complexo e conflitivo em que a dimensão humana e a questão da diversidade sócio-cultural desafiam direitos e expõem os limites de um espaço político em permanente tensão.

Os capítulos que se seguem evidenciam os caminhos trilhados e, resumidamente, apresentam os seguintes conteúdos.

«Antropologia, imigração e educação», como capítulo 1, introduz os temas centrais em debate no presente trabalho, lembrando a questão da diversidade e da alteridade como base da ciência antropológica e do trabalho do antropólogo, ele próprio sujeito reflexo das realidades de que trata. O que há de antigo e de novo nesses processos, em particular no que tange à antropologia e às relações de Portugal com o mundo além-mar, suas ex-colónias que compõem os PALOP – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe –, suscita o mover-se no mundo e entre culturas e discutir as possibilidades de existência de várias formas de organização social no interior de uma mesma sociedade ou em sociedades diferentes. Se a antropologia tem aí uma tradição como ciência, esse não parece ser o caso da educação, sempre voltada para a sociedade de que faz parte e entendendo essa a partir de padrões tidos como universais. Portugal hoje enfrenta a heterogeneidade de sua formação, de sua história e cultura, dividindo-se diante das imposições do mundo europeu e da Comunidade Europeia, de que faz parte, e em razão da história comum com o continente africano. Um continente donde procedem significativos fluxos de ex-colonizados negros de língua portuguesa e agora imigrantes em solo português. Diante desses grupos e de seus filhos, nascidos em Portugal, a escola enfrenta o desafio de responder à multiculturalidade do social e de garantir, por seus processos educativos, a integração dos chamados «outros» à ordem social vigente. Em jogo, o papel da escola, as razões que movem o processo educativo, sua prática e as chamadas políticas de igualdade e inclusão propostas pela UE e pelo Estado português. Em jogo, as possibilidades efectivas de uma educação transformadora diante da diversidade do social.

O capítulo 2, ao tratar da «Sociedade multicultural: entre iguais e diferentes», fala da África e de Portugal como sociedades multiculturais que se identificam e se confrontam com os legados culturais e colonial, de modo a terem as identidades nacionais e próprias marcadas pela ambivalência e pela ambiguidade de suas histórias e heranças culturais. Num contexto situado e historicamente produzido, rompe-se com a ideia de que Portugal e África (os PALOP) sejam países irmãos e entra em questão uma «identidade portuguesa» transatlântica do passado – as colónias ultramarinas – e a identidade portuguesa do presente, voltada para a Europa e seu centro. Com os processos migratórios dos PALOP, contradições e conflitos emergem no processo de modernização da sociedade portuguesa, posto que os africanos são necessários, mas não desejados como sujeitos do mundo português. Portugal não é o «seu lugar», já que são vistos como «estrangeiros» e trabalhadores temporários, que, como tal, devem retornar ao seu lugar de origem. A emigração, porém, transmuta-se em imigração não temporária, mas permanente, e aqui eclodem os processos de discriminação, racismo e xenofobia, que, ao questionarem a propalada homogeneidade de Portugal, questionam as identidades cruzadas construídas ao longo da história e as transformam em identidades rompidas no tempo presente. Os africanos e seus descendentes, bem como suas vidas, se transformam então em «problemas sociais» a serem solucionados por meio das políticas sociais e públicas que permitam a Portugal ser definitivamente um país democrático e europeu.

«Espaços d'África na metrópole lisboeta», o capítulo 3, apresenta, na cidade de Lisboa, a presença das chamadas «aldeias d'África», revelando a ocupação dos espaços por diferentes grupos de populações migrantes, particularmente os migrantes dos PALOP. Revela também as configurações geográficas e sociais, bem como as condições de existência marcadas por relações de conflito, marginalidade e exclusão. Mais do que denunciar tais factos, questiona-se a possibilidade de os bairros degradados serem efectivamente *guetos* e quais as consequências dessa forma de representação no pensamento social do mundo português. Em decorrência, no interior desses bairros, na vivência de crianças e jovens de descendência africana, evidenciam-se as formas de solidariedade e de sociabilidade que orientam a vida e expressam as dificuldades com relação à sociedade de acolhimento.

Na análise do capítulo 4, «Quinta Grande: um bairro africano em Lisboa», um bairro se destaca como espaço singular de vivências africanas, luso-africanas e portuguesas. O bairro e os sujeitos que aí vivem e constroem a vida são parte de um esforço etnográfico de observação e inves-

tigação, bem como também o são as entidades parceiras – associações, ONGs, Igreja, escola e outras – que actuam no interior do bairro, visando a integração dos imigrantes à sociedade portuguesa. Vistos como espaços educativos, o bairro e suas entidades revelam um mundo de sociabilidade, entreajuda e conflitos. A escola se faz *locus* de um processo que, do mesmo modo que o bairro e suas entidades, é também um espaço de vivências e de trânsitos de diferentes sujeitos, negros, brancos, africanos, ciganos, portugueses, indianos... A escola representa um espaço complementar e necessário de inserção e integração na realidade portuguesa; no entanto, tal como o bairro, revela as contradições próprias do mundo português, colocando em questão as muitas faces da nação portuguesa. Nesse sentido, a *educação* e a *escola* são parte do grande nó no qual se encontram emaranhados muitos dos problemas sociais que afectam aos migrantes de modo geral e, principalmente, aos moradores dos bairros pobres, entre eles as crianças e os jovens.

No capítulo 5 «Infância e juventude: vivências e representações», consideram-se principalmente as crianças e os jovens africanos e os luso-africanos como sujeitos feitos «estrangeiros» de si mesmos e da nação portuguesa, desterritorializados e portadores de identidades múltiplas, que são o retracto mais acabado de uma ordem que se globaliza e que os nega. A discussão adentra um campo particular – a escola de ensino básico EB1 n.º 66 – que atende a população da Charneca «do Lumiar» e, entre ela, a da Quinta Grande. A natureza dos processos educativos se apresenta aqui, pelo imaginário e pela representação de crianças luso-africanas que estudam no 1.º ciclo, através de duas actividades, uma realizada no quotidiano escolar mediante desenhos e redacções temáticas feitas em sala de aula, outra realizada como parte das actividades multiculturais da escola durante a chamada Semana do Mundo. Dos desenhos e textos obtidos resulta uma gama de dados e de informações que explicitam os mecanismos identitários e também seus conflitos. Com isso, colocam-se em questão os objectivos de uma política multicultural tornada obrigatória no mundo europeu e o que está em jogo na realidade concreta dos grupos imigrantes, em particular daqueles considerados diferentes: os africanos e seus filhos, os novos luso-africanos ou ainda os jovens negros portugueses.

A questão do multiculturalismo é discutida no capítulo 6, «Políticas multiculturais: igualdade e violência», em termos de políticas sociais propostas pela UE aos países membros. No caso português, duas delas se destacam: a política de habitação e a política educacional, ambas de cunho intervencionista e preocupadas em colocarem sob controle as mas-

sas de imigrantes que hoje constituem uma realidade vista como problemática à ordem social. No caso da política de habitação, trata-se da erradicação dos chamados bairros degradados, as «aldeias d'África», através do realojamento em bairros de habitação social. A Quinta Grande, bem como sua população, são alvo desse processo, decorrendo daí uma gama de problemas que expõem a natureza das relações dos grupos migrantes com a sociedade portuguesa. No campo da educação, a política de intervenção denomina-se intercultural e a escola EB1 n.º 66 participa da experiência educativa do «Entreculturas», órgão do governo e do Ministério da Educação, revelando-se aí também as dificuldades das relações sociais e políticas com o «outro», nomeadamente a criança e o jovem africano e luso-africano. A questão da violência mostra sua face institucional nas políticas de habitação e de educação, ainda que ambas tenham por base o discurso multicultural, respeitador das diferenças, facto que não se sustenta nas práticas que delas resultam. Diante de expectativas geradas pela ideologia dessas políticas e sua realidade, instaura-se o desânimo e as frustrações que conduzem à violência tanto no bairro degradado – a Quinta Grande – como no bairro de realojamento, o bairro social. O tempo de agora, entre realojados, é um tempo de indefinição e de espera, dentre os quais particularmente os jovens encontram-se em uma situação limite quanto às suas próprias possibilidades como sujeitos de direitos, como cidadãos. Em questão a reinvenção dos espaços, a recomposição dos lugares de pertença e acolhimento e, enfim, a compreensão desse novo campo de batalha instaurado pelas políticas sociais, marcado por outras lógicas e novos campos de poder.

Na conclusão discutem-se as *fronteiras étnicas* no campo da *educação* e da *antropologia*, considerando os resultados da investigação realizada com os imigrantes dos PALOP, ex-moradores da Quinta Grande, agora realojados no bairro social. O caso de Portugal e dos imigrantes parece colocar em questão uma realidade marcada por um discurso técnico e ideológico de busca e efectivação de direitos sociais dos segmentos excluídos. No entanto, deixa entrever uma prática ainda, no mínimo, frágil diante dos desafios a que se propõe responder. Cada vez mais, o que se tem na educação portuguesa é um discurso técnico que toma por base uma produção académica, típica das chamadas «ciências de serviço», mais perceptível no campo das sociologias. Aqui a antropologia, ao diferenciar-se por sua história, por seus pressupostos e por seus instrumentos, pode vir a ser uma ciência de referência que tem possibilidades de contribuir com o campo educacional diante da diversidade social humana. Porém, como bem lembra Souta (1997), encontra-se impedida de fazê-lo, entre outras

coisas, em razão de como essa ciência é percebida e representada na academia e no pensamento mais geral, mas não só. Segundo Souta (1997, 103), medidas legais que orientam a reforma educacional portuguesa retiraram a disciplina de Antropologia Cultural dos currículos de formação dos professores e do ensino secundário, bem como afastaram da docência os licenciados em Antropologia. Assim, as possibilidades e potencialidades de uma *antropologia da educação* e seu alcance ficam comprometidos diante do entendimento da diversidade étnico-sócio-cultural, aqui tão bem exemplificada pela história de um bairro e de seus moradores. Uma história particular que, no entanto, revela a dimensão mais geral de um processo contemporâneo desafiador da ordem social inclusiva e multicultural.